

O FIO CONDUTOR DA HISTÓRIA UNIVERSAL NA OBRA: “*IDEIA DE UMA HISTÓRIA UNIVERSAL DE UM PONTO DE VISTA COSMOPOLITA*” DE IMMANUEL KANT

THE CONDUCTOR THREAD OF THE UNIVERSAL HISTORY IN THE WORK: “*IDEA OF A UNIVERSAL HISTORY FROM A POINT OF COSMOPOLITAN VIEW*” BY IMMANUEL KANT

Jean Michel de Lima Silva¹
Renata de Freitas Chaves²

Resumo: A presente pesquisa tem por finalidade demonstrar o fio condutor que rege toda a história universal para Immanuel Kant. A metodologia a ser utilizada se baseia na pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica, pela qual trabalharemos a edição bilíngue (Alemão-Português) da obra: “*Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*”. É de se verificar que a história universal se ocupa da narrativa das ações humanas, a saber, de suas manifestações. Nesta perspectiva Kant busca uma apreensão filosófica da história universal, acompanhando um plano oculto da própria natureza que busca efetivar uma constituição política perfeita. Assim para atingirmos nosso objetivo de explicitar o fio condutor da história universal, analisaremos primeiramente o homem como o único ser racional sobre a face da terra, como também, a exigência de se cultivar esta mesma razão no âmbito da espécie e da história. Em um segundo momento, trabalharemos o antagonismo como motor que desperta os talentos humanos e os faz superar sua tendência à preguiça. Temos aqui o aparecimento da “astúcia da razão” que se utiliza dos vícios (tais como: projeção, ânsia de dominação e vaidade) para alcançar o desenvolvimento cultural e garantir uma sociedade na qual a liberdade se expressa sob leis civis. Por fim, abordaremos ainda as relações internacionais entre Estados e a elaboração de um Estado cosmopolita universal. Chega-se ao resultado, que para Kant, o conjunto da história humana é a efetivação de um plano oculto da própria natureza que procura estabelecer uma constituição política perfeita tanto internamente, como, externamente.

Palavras-chave: Fio Condutor. História Universal. Constituição.

Abstract: This present search aims demonstrate the conductor thread that rules all the universal history by Immanuel Kant. The method to be used is based on the qualitative investigation of bibliographical model. We will work the bilingual edition (German-Portuguese) of the work: “*Idea of a universal history from a point of cosmopolitan view*”. It is important to verify that the universal history occupies the narrative of the human actions, namely, its manifestations. In this perspective, Kant searches a philosophical apprehension of the universal history, accompanied by a hidden plan of own nature that seeks to be effective a perfect political constitution. So to reach our aim to elucidate the conductor thread of the universal history, we will analyse at first the man as the only rational being over the face of the earth, as well the requirement to cultivate this same reason in the scope of the human specie and of the history. Secondly, we will work the antagonism as a machine that wake up the human talents and make them overcome its tendency to laziness. We have here the appearance of the “cunning of reason” that utilizes the vices, as

¹ Mestrando em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, na linha de pesquisa *Ética e Filosofia Social e Política*. Atualmente é bolsista do programa de Demanda Social/CAPES/UECE. E-mail: michelzin_18@hotmail.com.

² Mestra em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, na linha de pesquisa *Ética e Filosofia Social e Política*. Atualmente possui vínculo institucional como professora substituta do departamento de Filosofia da UECE. E-mail: renatyfchaves@gmail.com.

projection, anxiety of domination and vanity to reach the cultural development and to guarantee a society where the liberty is expressed by civil laws. After all, we will broach even the international relations between States and the development of a universal cosmopolitan State. We reach the result, that to Kant, the whole of the human history is put into effect a hidden plan of the own nature that looks for to establish a political constitution perfect as much internally as externally.

Keywords: Conductor Thread. Universal History. Constitution.

* * *

1. Introdução

É bem verdade que a história se ocupa da narrativa das ações humanas, isto é, de suas respectivas manifestações. Neste sentido, Kant busca nas diversas observações históricas da vontade humana um curso “regular” e “progressivo”, embora lento, de suas disposições³ como um todo. Com efeito, o que na esfera dos sujeitos particulares muitas vezes se apresenta como confuso e irregular, se mostrará no todo da espécie, como desenvolvimento contínuo e progressivo. Ressaltando o movimento regular do todo. Contudo não é tranquila nem pacífica a questão da Filosofia da história para Kant, conforme se verá, o filósofo buscará estabelecer um fio condutor⁴ para tal história.

Registra-se, ainda, que tanto os indivíduos ou até mesmo povos inteiros mal percebem que, na medida em que procuram satisfazer seus respectivos interesses particulares, cada qual visando única e exclusivamente sua própria conveniência, trabalham na verdade, mesmo que inadvertidamente, para o desenvolvimento do propósito da natureza. Nesta perspectiva nota-se uma concepção teleológica da própria natureza. Não quer dizer isso, entretanto, que seja possível uma história planejada, assim como ocorre, de certa maneira com as abelhas ou os castores. A observação da conduta humana no que tange o grande cenário mundial nos permite verificar que os homens não procedem somente de forma instintiva, nem muito menos apenas como

³ Na avaliação de Kant, a respeito das disposições temos: “Todas as disposições naturais de uma criatura estão destinadas a um dia se desenvolver completamente e conforme um fim.” (KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Ed. Bilingue Alemão/Português. Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.11).

⁴ A postura de Kant sobre o fio condutor da história é claramente evidenciada nestas palavras: “Nós queremos ver se conseguimos encontrar um fio condutor para tal história e deixar ao encargo da natureza gerar o homem que esteja em condição de escrevê-la segundo este fio condutor. Assim ela gerou um Kepler, que, de uma maneira inesperada, submeteu as excêntricas órbitas dos planetas a leis determinadas; e um Newton, que explicou essas leis por uma causa natural universal.” (Ibid., p. 10).

“razoáveis cidadãos do mundo”. Portanto, uma história preestabelecida e planejada parece ser impossível.

Cumpra-nos encontrar, no absurdo curso das diversas ações humanas o fio condutor da razão para tal história. A partir desse entendimento, poderemos chegar ao fim último da espécie humana, a saber, na mais perfeita constituição política. E compreender o quanto a história da humanidade aproximou-se ou afastou-se deste “fim último” no decorrer dos séculos.

2. O homem: o ser de razão, o ser da história e o ser do trabalho

O homem entendido como o único ser racional sobre a terra terá suas disposições naturais⁵ relativas à razão completamente desenvolvidas no âmbito da espécie⁶ e não no indivíduo particular. A razão é a faculdade pela qual o homem estende todas as suas forças para além do simples instinto natural. Dessa forma, o homem pode expandir ao infinito os limites de seus projetos. A razão deve ser trabalhada e cultivada, seja pelos exercícios ou por ensinamentos para que assim possa progredir como um todo, a saber, lenta e progressivamente, de um grau de conhecimento a outro. Com efeito, essa difícil tarefa de cultivar a razão, não pode ser atribuída ao indivíduo isolado. Pois, para que fosse capaz de cumprir tal tarefa, seria necessária uma vida extremamente longa a fim de desenvolver todas as suas disposições naturais. Como se pode notar a natureza apenas concede ao homem individual um curto período de vida, dessa forma, cabe à totalidade da espécie a difícil tarefa de prosseguir com o cultivo da razão através de sucessivas gerações que transmitem umas às outras a cultura já adquirida. A postura de Kant é claramente evidenciada nessas palavras:

⁵ Numa abordagem sobre as disposições naturais têm-se as observações de Bruno Nadei: “De fato, a razão é uma disposição natural do homem, embora, diferentemente de todas as disposições naturais compartilhadas com as demais criaturas, ela seja uma disposição que precisa ser cultivada.” (NADAI, Bruno. *Teleologia e História em Kant: a Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2006, p.76-77).

⁶ É o que diz Kant, a respeito da espécie: “E por enigmático que isto seja, é, entretanto, também necessário, quando se aceita que uma espécie animal deve ser dotada de razão e, como classe de seres racionais, todos mortais mas cuja espécie é imortal, deve todavia atingir a plenitude do desenvolvimento de suas disposições.” (KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Ed. Bilingue Alemão/Português. Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.13).

Ela necessita de uma série talvez indefinida de gerações que transmitam umas às outras as suas luzes para finalmente conduzir, em nossa espécie, o germe da natureza àquele grau de desenvolvimento que é completamente adequado ao seu propósito. E este momento precisa ser, ao menos na ideia dos homens, o objetivo de seus esforços, pois senão as disposições naturais em grande parte teriam de ser vistas como inúteis e sem finalidade⁷

Convém ressaltar que o desenvolvimento das disposições naturais do homem requer uma sucessão indefinida de gerações, pois o homem compreendido como o ser racional tem como exigência o cultivo desta razão na própria história⁸. Na medida em que o homem se estabelece como um ser racional, ele exigirá a ideia de uma história filosófica.

Inadequado seria esquecer, que a natureza não realiza nada de supérfluo, como também, não é perdulária na utilização dos meios para obter seus fins. Contudo dá ao homem duas faculdades que o aprimoram, a saber, “razão e liberdade da vontade”⁹. A partir deste entendimento, podemos chegar à conclusão que o homem não deveria ser conduzido pelo simples instinto, ou ainda ser instruído pelo puro conhecimento inato, mas deveria sim, tirar tudo de si mesmo. Vale salientar, que o homem retira tudo de si por intermédio da própria razão, isto é, tudo aquilo que excede a pura ordenação mecânica de sua existência animal é atribuída à faculdade da razão. Portanto, a participação na própria perfeição e na felicidade advém na verdade de si mesmo. Nesse sentido, a aquisição dos mais diversos meios de subsistência, suas indumentárias, a construção de suas habitações, a defesa externa (através da habilidade de suas mãos e não dos chifres, das garras ou dos dentes dos animais), são frutos do próprio trabalho do homem.

O homem através do trabalho se eleva da extrema rudeza natural à máxima destreza, sendo grato somente a si mesmo e a mais ninguém por suas realizações.

⁷ Ibid., p.11.

⁸ O que se quer dizer é ilustrado por Bruno Nadei a seguir: “O desenvolvimento das disposições naturais do homem exige a ideia de história porque a sua realização se dá de maneira distinta das demais criaturas: o homem é uma criatura animal dotada de razão e a razão é uma faculdade que precisa ser *cultivada*. É esta particularidade do desenvolvimento das disposições do homem, como criatura animal dotada de razão, que exigirá a perspectiva de uma história filosófica.” (NADAI, Bruno. *Teleologia e História em Kant: a Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2006, p.71).

⁹ Conforme sugere Kant: “A natureza não faz verdadeiramente nada supérfluo e não é perdulária no uso dos meios para atingir seus fins. Tendo dado ao homem a razão e a liberdade da vontade que nela se funda, a natureza forneceu um claro indicio de seu propósito quanto à maneira de dotá-lo.” (KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Ed. Bilingue Alemão/Português. Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.12).

Temos então aqui a valorização da autoestima racional. As inúmeras dificuldades enfrentadas pelo homem no percurso da história mundial são solucionadas pela própria mão humana, isto é, através da dignidade do seu trabalho. Na avaliação de Kant temos:

Pois neste curso das coisas humanas é toda uma multidão de dificuldades que espera o homem. Parece que a natureza não se preocupa com que ele viva bem, mas, ao contrário, com que ele trabalhe de modo a tornar-se digno, por sua conduta, da vida e do bem-estar.¹⁰

Após estas noções preliminares que apontam para a racionalidade humana e conseqüentemente para seu cultivo na história restam-nos compreender por qual meio a natureza se utiliza para realizar o desenvolvimento completo das disposições humanas. Desse modo, faz-se necessário uma abordagem minuciosa a respeito do antagonismo social, isto é, no que tange a insociável sociabilidade dos homens.

3. O antagonismo social como motor da história

Como se há de verificar, o meio utilizado pela natureza para realizar o desenvolvimento das disposições humanas é o próprio antagonismo social. Nesta perspectiva, faz-se necessário esclarecer a compreensão kantiana a respeito do conceito de antagonismo, isto é, explicitando o entendimento do próprio filósofo:

Eu entendo aqui por antagonismo a insociável sociabilidade dos homens, ou seja, a tendência dos mesmos a entrar em sociedade que está ligada a uma oposição geral que ameaça constantemente dissolver essa sociedade. Esta disposição é evidente na natureza humana.¹¹

Tenha-se presente nesta relação paradoxal a qual o homem está inserido um duplo sentido, a saber, por um lado o homem possui uma inclinação para associar-se com outros homens na medida em que se sente mais humano em tal Estado, e por outro lado possui também uma tendência ao isolamento e a separação, pelo reconhecimento interno da “qualidade insociável”. Esta que o faz conduzir suas ações em proveito próprio, aspirando oposições de todos os lados possíveis, como também, fazendo

¹⁰ Ibid., p. 12.

¹¹ Ibid., p. 13.

oposição a todos os outros. Nesse sentido, a problemática do antagonismo¹² revelará na oposição entre os indivíduos o desenvolvimento dos primeiros passos que os levarão da extrema rudeza a elevada cultura. É através da oposição que as forças humanas despertam¹³ do sono para a vigília, quer dizer, é na oposição que o homem supera sua inclinação para a preguiça. Com efeito, aos poucos os homens desenvolvem todos os seus talentos no âmbito da cultura, formando o gosto e o discernimento moral.

Indubitável é que sem o advento destas “qualidades da insociabilidade”, que proporcionam o aparecimento das oposições onde cada um busca seus próprios interesses egoístas, todos os talentos humanos permaneceriam completamente velados em uma vida arcádica. Dessa forma, as disposições humanas estariam eternamente ocultas em meio à vida pastoril, numa perfeita concórdia, regozijo e amor mútuo. Os homens seriam comparáveis a ovelhas por sua tão boa índole. Contudo não é a concórdia que traz as luzes da razão, mas sim, a discórdia, a vaidade, a cobiça e o desejo de dominar. Como se pode observar nas declarações de Kant a seguir:

Agradeçamos, pois, a natureza pela intratabilidade, pela vaidade que produz a inveja competitiva, pelo sempre insatisfeito desejo de ter e também de dominar! Sem eles todas as excelentes disposições naturais da humanidade permaneceriam sem desenvolvimento num sono eterno. O homem quer a concórdia, mas a natureza sabe mais o que é melhor para a espécie: ela quer a discórdia.¹⁴

¹²No texto intitulado “Kant e o espaço da história universal”, Giannotti, esclarece essa complexa passagem: “O antagonismo peculiar à espécie humana, aquele capaz de subordinar todas as outras oposições reais, é a sociabilidade insociável (*ungesellige Geselligkeit*). O instinto de sociedade é contrabalançado por uma propensão ao isolamento, mas isso unicamente porque cada um, ao mesmo tempo em que é atravessado por um vetor em direção ao outro, se coloca como fim em si, portanto como podendo, ao menos progressivamente, tirar de si mesmo as forças necessárias para manipular suas próprias tensões. Convém sublinhar que não temos apenas duas forças contrárias atuando num mesmo plano e que poderiam se anular e confinar cada indivíduo num imobilismo. O instinto de sociedade força o indivíduo a se associar com outro, e, em contraparte, é o indivíduo como um todo racionalmente existente que domina suas tendências e as põe em função de seus interesses egoístas. De um lado, um simples vetor, de outro uma atividade reflexionante e totalizante, que se opõe à tensão do instinto.” (GIANNOTTI, J. A.. Kant e o espaço da história universal. In: TERRA, R. R.. (Org.), tradução de Rodrigo Naves. Immanuel Kant - *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 133).

¹³No que diz respeito ao despertar das forças humanas, traz Kant: “Esta oposição é a que, despertando todas as forças do homem, o leva a superar sua tendência à preguiça e, movido pela busca de projeção (*Ehrsucht*), pela ânsia de dominação (*Herrschaftsucht*) ou pela cobiça (*Habsucht*), a proporcionar-se uma posição entre companheiros que ele não atura mas dos quais não pode prescindir.” (KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Ed. Bilingue Alemão/Português. Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.13).

¹⁴Ibid., p. 14.

Como se vê, não é que o homem deve abandonar o contentamento ocioso e arremessar-se à labuta e à fadiga, é a natureza que o força a fazer isso. Ora, por intermédio das fontes da insociabilidade e da oposição geral, que por um lado tantos males trazem, mas que por outro lado também proporcionam as renovações das forças humanas, é que a natureza realiza o desenvolvimento das disposições naturais. Inclusive, sendo a própria insociabilidade segundo Kant, a fonte de toda a cultura e de toda arte na humanidade.¹⁵

Como se pode notar o antagonismo é a condição de possibilidade para a construção de uma constituição civil perfeitamente justa, ou seja, sendo a causa da ordenação¹⁶ da sociedade. Oportuno se torna dizer que o maior problema enfrentado pela espécie humana é justamente o estabelecimento de uma sociedade civil que “administre universalmente o direito”¹⁷. Somente em uma sociedade que garanta efetivamente a liberdade de todos, encontramos o mais sublime propósito da natureza, a saber, o desenvolvimento completo de todas as suas disposições. Segundo Kant, temos:

Como somente em sociedade e a rigor naquela que permite a máxima liberdade e, conseqüentemente, um antagonismo geral de seus membros e, portanto, a mais precisa determinação e resguardo dos limites desta liberdade – de modo a poder coexistir com a liberdade dos outros; como somente nela o mais alto propósito da natureza, ou seja, o desenvolvimento de todas as suas disposições, pode ser alcançado pela humanidade, a natureza quer que a humanidade proporcione a si mesma este propósito, como todos os outros fins de sua destinação: assim uma sociedade na qual a liberdade sob leis exteriores encontra-se ligada no mais alto grau a um poder irresistível, ou seja, uma constituição civil perfeitamente justa, deve ser a mais elevada tarefa da natureza para a espécie humana, porque a natureza somente pode alcançar seus outros propósitos relativamente à nossa espécie por meios da solução e cumprimento daquela tarefa.¹⁸

¹⁵ A partir do texto de Kant é que se pode dizer que: “Toda cultura e toda arte que ornamentam a humanidade, a mais bela ordem social são frutos da insociabilidade, que por si mesma é obrigada a se disciplinar e, assim, por meio de um artifício imposto, a desenvolver completamente os germes da natureza.” (Ibid., p. 15).

¹⁶ Ricardo Ribeiro Terra sustenta a afirmativa com o seguinte argumento: “O antagonismo é o meio utilizado pela natureza para a promoção do desenvolvimento de suas disposições. Ele será a causa da ordenação da sociedade e também de sua transformação gradual em direção a uma sociedade civil com uma constituição republicana que garanta e administre o direito de maneira universal.” (TERRA, R. R.. Algumas questões sobre a filosofia da história em Kant. In: TERRA, R. R.. (Org.). *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.69).

¹⁷ KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Ed. Bilingüe Alemão/Português. Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.14.

¹⁸ Ibid., p. 14-15.

Tendo em vista os aspectos observados, percebe-se que no interior da sociedade civil deve-se garantir a liberdade de todos, resguardando os cidadãos do perigo de uma possível liberdade sem vínculos, isto é, uma liberdade puramente negativa sem qualquer determinação. O homem tem necessidade¹⁹ de abandonar sua liberdade genuinamente selvagem para entrar no Estado de coerção, quer dizer, sobre os ditames da liberdade de si e também do outro na união civil. Esta possibilita as inclinações humanas um melhor efeito do que se tivessem inseridas na liberdade selvagem. Para uma adequada compreensão do perigo desta liberdade negativa, Kant faz referência de maneira ilustrativa as árvores de um bosque, que buscam roubar umas das outras tanto o sol como também o ar, através da legítima concorrência, obtendo assim, um crescimento belo e adequado. Enquanto que as árvores isoladas e que crescem em total liberdade, tinham como resultado um crescimento mutilado, desordenado e encurvado. O mesmo ocorre por um lado com o indivíduo isolado no seu bel-prazer e por outro lado quando suas inclinações encontram um melhor efeito no todo social.

Em suma, resta-nos ainda explicitar se esta mesma insociabilidade que afeta a esfera dos indivíduos, pode também, se expressar no nível das relações internacionais. E se isto for realmente possível, como o fio condutor da história mundial conduzirá estas repúblicas antagônicas a um Estado de tranquilidade e segurança.

4. Relações internacionais e estado cosmopolita

Sabemos que o homem propriamente dito não é compreendido somente como um ser de razão, mas também, como um ser detentor de certas inclinações animais egoístas. Dessa forma, no convívio diário do homem com outros homens surge a necessidade de um senhor. Pois, o homem como ser racional quer uma lei universal que determine a liberdade de todos, mas como animal egoísta, tem uma inclinação para exceder sua liberdade perante seus semelhantes. Nesse sentido, fica clara a legítima necessidade humana de um senhor que eleve a vontade particular dos indivíduos ao âmbito da legítima vontade universal. Proporcionando assim, a garantia que todos sejam livres e não somente uns poucos. Mas de onde vem esse senhor? Será uma fabulosa

¹⁹ Em relação à necessidade, têm-se as observações cuidadosas de Kant: “É a necessidade que força o homem, normalmente tão afeito à liberdade sem vínculos, a entrar neste estado de coerção; e, em verdade, a maior de todas as necessidades, ou seja, aquela que os homens ocasionam uns aos outros e cujas inclinações fazem com que eles não possam viver juntos por muito tempo em liberdade selvagem.” (Ibid., p. 15).

criatura com atributos divinos? Ou apenas mais um homem? E se o senhor for realmente um homem ele também não necessitará de outro senhor que quebre sua vontade particular²⁰? Kant esclarece que este senhor advém da própria espécie humana, e que sua tarefa de estabelecer a justiça pública deve pautar-se nas legítimas leis²¹ universais e necessárias. Portanto, o supremo chefe deve pautar todas as suas ações segundo as leis, sendo esta uma tarefa muito difícil de cumprir-se. O supremo chefe é justo e ao mesmo tempo não deixa de ser um homem. A partir do texto de Kant que se pode afirmar:

O supremo chefe deve ser justo por si mesmo e todavia ser um homem. Esta tarefa é, por isso, a mais difícil de todas; sua solução perfeita é impossível: de uma maneira tão retorcida, da qual o homem é feito, não se poder fazer nada reto. Apenas a aproximação a esta ideia nos é ordenada pela natureza.²²

Com efeito, esta tarefa será realizada por último, pois requer primeiramente conceitos muito precisos da natureza de uma constituição, depois imensa experiência adquiridas por intermédio fatos do mundo, e por fim, uma boa vontade predisposta a admitir esta constituição. É de se verificar que a elaboração de uma constituição civil interna depende diretamente da problemática que envolve as relações externas entre os Estados. Nesse sentido, da mesma forma que por um lado temos a necessidade de estabelecer no interior de uma república a constituição civil perfeita, esta que eleva o arbítrio dos indivíduos a leis universais, temos também, a necessidade de conduzir os Estados a uma federação de nações onde encontrarão sua segurança e seu direito.

²⁰ Se este supremo senhor é um homem, ele terá uma tendência egoísta e procurará tirar vantagens para si, dessa forma, somente um ser divino poderá realizar esse difícil exercício de efetivar a vontade universal. Todavia Deus “transferiu” este poder ao próprio Estado: “Para viverem juntos em relações jurídicas, os homens precisam de um senhor que limite as vontades particulares e as force a obedecer a uma vontade que tenha valor universal. A dificuldade consiste, entretanto, em que, se este chefe é um homem, ele também procurará tirar vantagens de sua situação; desta maneira, só Deus poderia realizar e personificar completamente a ideia da vontade universal. Deus dá o poder ao Estado, que é o senhor político absoluto e pode com instrumentos coercitivos manter a lei, ser a própria organização jurídica; o Estado, porém, deve ser representado por homens, pelos governantes; enquanto estes tornam eficaz a ideia de união civil, estão de acordo com a vontade do Estado, e só são responsáveis diante de Deus. Além da legitimidade proveniente do acordo das instituições políticas com o direito natural, surge aqui uma outra espécie de legitimidade vinculada apenas à conservação do estado civil, o que torna impossível todo direito de resistência.” (TERRA, R. R.. Algumas questões sobre a filosofia da história em Kant. In: TERRA, R. R.. (Org.). *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.66).

²¹ Para evitar que o homem abuse de sua liberdade, Kant estabelece suas ações na esfera do direito: “Pois todos eles abusarão sempre de sua liberdade, se não tiverem acima de si alguém que exerça o poder segundo as leis.” (KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Ed. Bilingue Alemão/Português. Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.16).

²² *Ibid.*, p. 16.

Tenha-se presente que a mesma insociabilidade que afeta os indivíduos particulares, também se expressa na forma das relações externas, a saber, de Estado a Estado²³. Como se vê, mais uma vez a natureza se utiliza do inevitável antagonismo entre os homens, agora reproduzido nos corpos políticos, para estabelecer um Estado de tranquilidade e segurança. Por conseguinte, temos mais uma vez a saída do Estado sem leis dos selvagens²⁴, porém agora no âmbito dos Estados, para um Estado de direito, quer dizer, para uma federação de nações. Esta que deve garantir a todo Estado, por menor que ele seja sua segurança e direito não de sua própria força, mas sim, desta confederação que tem um poder unificador e uma decisão conforme as leis.

Cumpramos, neste passo que as guerras são na verdade tentativas segundo os propósitos da própria natureza de constituir novas relações entre os Estados. Dessa forma por meio do desmoronamento ou ainda pelo desmembramento dos antigos corpos políticos surgem novas formações estatais. Estes novos corpos políticos, defrontam-se com novas revoluções tanto em si mesmo como também nas relações com outros Estados, até que, encontre num sentido uma ordenação constitucional civil internamente e num outro sentido uma legislação comum também exteriormente. Consequentemente alcançando finalmente um Estado cosmopolita.

Como se pode notar a natureza segue um curso regular que conduz os homens, aos poucos, de um nível inferior de animalidade até um nível superior de humanidade. Utilizando-se da oposição a princípio entre os indivíduos e ulteriormente expressa nos Estados, para atingir sua finalidade, quer dizer, a realização de uma constituição política perfeita²⁵. A postura de Kant é claramente evidenciada nesta passagem:

O que o estado sem finalidade dos selvagens fez – ou seja, entavrou todas as disposições naturais em nossa espécie, mas finalmente, por

²³ A insociabilidade se eleva das relações individuais rumo às relações externas entre Estados: “A mesma insociabilidade que obrigou os homens a esta tarefa é novamente a causa de que cada república (*Gemeinwesen*), em suas relações externas – ou seja, como um Estado em relação a outros Estados –, esteja numa liberdade irrestrita, e conseqüentemente deva esperar do outro os mesmos males que oprimiam os indivíduos e os obrigavam a entrar num estado civil conforme leis.” (Ibid., p. 16-17).

²⁴ O que se quer dizer é bem ilustrado por Kant na seguinte passagem: “É a saída inevitável da miséria em que os homens se colocam mutuamente e que deve obrigar os Estados à mesma decisão (ainda que só a admitam com dificuldade) que coagiu tão a contragosto o homem selvagem, a saber: abdicar de sua liberdade brutal e buscar tranquilidade e segurança numa constituição conforme leis.” (Ibid., p. 17).

²⁵ Tenha-se presente que a elaboração desta constituição civil perfeita, como plano oculto da natureza, se manifesta por uma dupla efetivação, isto é, internamente e externamente: “Pode-se considerar a história da espécie humana, em seu conjunto, como a realização de um plano oculto da natureza para estabelecer uma constituição política (*Staatsverfassung*) perfeita interiormente e, quanto a este fim, também exteriormente perfeita, como o único estado no qual a natureza pode desenvolver plenamente, na humanidade, todas as suas disposições.” (Ibid., p. 20).

meio dos males, onde ele a colocou, obrigou-a a sair desse estado e entrar na constituição civil, na qual todos aqueles germes podem ser desenvolvidos -, faz também a liberdade bárbara dos Estados já constituídos, a saber: que por meio do emprego de todas as forças das repúblicas (*gemeines Wesen*) em se armar umas contra as outras, que por meio das devastações ocasionadas pelas guerras, mas ainda mais por meio da necessidade permanente de estar de prontidão, na verdade impede-se o pleno desenvolvimento das disposições naturais em seu progresso, mas, por outro lado, também os males que surgem daí obrigam nossa espécie a encontrar uma lei de equilíbrio para a oposição em si mesma saudável, nascida da sua liberdade, entre Estados vizinhos, e um poder unificador que dê peso a esta lei, de modo a introduzir um estado cosmopolita de segurança pública entre os Estados – que não elimine todo o perigo, para que as forças da humanidade não adormeçam, mas que também não careça de um princípio de igualdade de suas ações e reações mútuas, a fim de que não se destruam uns aos outros.²⁶

Contudo, a problemática do Estado cosmopolita pretendido por Kant, conforme se verá, exige ainda um longo caminho a ser percorrido até que cheguemos ao último passo desta jornada, ou seja, para que possamos realmente efetivar a ideia cosmopolita entre os Estados. Não quer dizer isso, entretanto, que não somos já cultivados em alto grau pelas artes ou pelas ciências, mas sim, que nós nos encontramos somente num estado de civilização, faltando ainda muito para nos encontrarmos também moralizados. Nesta perspectiva não bastaria apenas à realização de uma ação boa, pois esta deveria ter também em seu bojo uma intenção moralmente boa, caso contrário não passaria de uma pura aparência de moralidade²⁷.

Ao ensejo de conclusão deste item é bem verdade que a história da espécie humana, entendida aqui como a realização do propósito da natureza, se estabelece como a elaboração de uma constituição política perfeita, isto é, tanto internamente como também externamente. É então que surge o seguinte questionamento: será que a própria experiência concreta demonstra a realização deste plano oculto da natureza? Como vimos, este propósito exige muito tempo para efetivar-se na história, de modo que, resta-nos ainda um longo caminho a seguir, para que só então, possamos ter uma real noção das determinações particulares e suas respectivas relações com o todo do plano

²⁶Ibid., p. 18-19.

²⁷Segundo Kant, temos: “Mas todo bem que não esteja enxertado numa intenção moralmente boa não passa de pura aparência e cintilante miséria.” (Ibid., p.19). Vale ainda ressaltar as observações sobre as leis morais contidas no livro *Direito e ética: Aristóteles, Hobbes, Kant*: “As leis morais, na medida em que emanam da razão e apenas da razão (razão pura) sem interferência das inclinações, são comandos ou proibições imperativas – que exigem obediência incondicional. São por isso designadas por Kant de ‘imperativos categóricos’ ”. (FARIA, Maria do Carmo Bettencourt de. *Direito e ética: Aristóteles, Hobbes, Kant*. São Paulo: Paulus, 2007, p.132).

natural. Todavia podemos notar ao menos os vestígios deixados desta teleologia ao longo das épocas, quer dizer, se observamos, por exemplo; que desde os gregos antigos, passando pelos romanos e até mesmo os bárbaros, encontraremos um curso regular de aprimoramento da constituição civil e de suas leis. Descobre-se assim, um fio condutor que desvela o curso da história humana e a eleva pelo seu próprio trabalho a um Estado no qual finalmente poderá desenvolver todas as suas disposições naturais.

Considerações finais

Tendo em vista os aspectos observados, percebe-se que o homem é compreendido como o único ser racional sobre a face da terra e que suas disposições naturais serão completamente desenvolvidas no âmbito da espécie. Nesta perspectiva, podemos notar que a razão tem um papel fundamental de ampliação das forças humanas para além do puro instinto natural. A razão, diferentemente do que ocorre com o instinto, deve ser cultivada por múltiplos exercícios e ensinamentos, para que só assim, possa progredir de um grau de conhecimento a outro. Cabe a totalidade da espécie a difícil tarefa de prosseguir com o cultivo da razão, e não somente ao indivíduo isolado, pois este necessitaria de uma vida extremamente longa capaz de desenvolver todas as suas disposições. Dessa forma, o aperfeiçoamento da faculdade racional depende de uma sucessão indefinida de gerações, de modo que, a compreensão do homem como um ser racional exige seu cultivo na própria história universal.

Por tudo o que foi visto até aqui, podemos concluir que o meio utilizado pela natureza para realizar o desenvolvimento completo das disposições naturais do homem é na verdade o antagonismo social, isto é, através da insociável sociabilidade entre os homens é que se dão os primeiros passos rumo à máxima cultura. Como se vê, é na oposição que as forças humanas despertam do seu sono e da sua preguiça. Dessa forma, somente com o advento da discórdia, da vaidade, da cobiça e do desejo de dominar, descobrem-se todos os talentos da humanidade velados na vida arcádica da pura concórdia. Vale salientar que a mesma insociabilidade que afeta as relações no nível particular, se expressa também na forma das relações internacionais. Portanto, como se pode notar o antagonismo se mostra como a condição de possibilidade para a construção de uma constituição civil perfeita e de um Estado cosmopolita.

Em suma, Kant espera que depois de várias revoluções e transformações, tanto no interior dos próprios Estados, como também em suas relações mútuas, possamos

atingir quem sabe um dia o supremo propósito da natureza, a saber, um Estado cosmopolita universal. Com efeito, Kant empreende realizar uma história universal do mundo tendo de certa maneira um fio condutor a priori, que visa à perfeita união civil entre a espécie humana.

Referências

- DUDLEY, W. *Idealismo alemão*. Tradução de Jacques A. Wainberg. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- FARIA, M. do C. B. de. *Direito e ética: Aristóteles, Hobbes, Kant*. São Paulo: Paulus, 2007.
- GALEFFI, R. *A Filosofia de Immanuel Kant*. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1986.
- GIANNOTTI, J. A. Kant e o espaço da história universal. In: TERRA, R. R.. (Org.), tradução de Rodrigo Naves. *Immanuel Kant - Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986, v. , p. 103-150.
- HÖFFE, O. *Immanuel Kant*. Tradução de Christian Viktor Hamm e Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- KANT, I. *A metafísica dos costumes*. Tradução de Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2008.
- _____. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Tradução de Valério Rohden e Antônio Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- _____. *Crítica da Razão Prática*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008.
- _____. *Crítica da Razão Pura*. Tradução de Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Nova Cultura, 1987.
- _____. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. Ed. Bilingue Alemão/Português. Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LEBRUN, G. Uma escatologia para a moral. In: TERRA, R. R.. (Org.), tradução de Rodrigo Naves. *Immanuel Kant - Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986, v. , p. 75-101.
- NADAI, B. *Teleologia e História em Kant: a Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo. 2006.
- OLIVEIRA, M. A. de. *Ética e Sociabilidade*. São Paulo: Loyola, 1993. – (Coleção filosofia: 25).
- TERRA, R. R.. Algumas questões sobre a filosofia da história em Kant. In: TERRA, R. R.. (Org.). *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986, v. , p. 43-74.